Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.10, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3928

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA INTERCULTURAL, BILINGUE, ESPECIFICA E DIFERENCIADA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ITACOATIARA - AM

INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION: INTERCULTURAL, BILINGUAL, SPECIFIC, AND DIFFERENTIATED IN THE CONTEXT OF PUBLIC POLICIES IN ITACOATIARA – AM

Susy Geovana da Silva da Cruz

Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal do Amazonas - ICET, Brasil

E-mail; susy.cruz@ufam.edu.br

Ignes Tereza Peixoto de Paiva

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas - ICET, Brasil

E-mail: ignestereza@ufam.edu.br

Recebido: 01/05/2025 – Aceito: 26/05/2025

Resumo

A pesquisa teve como objetivo analisar a educação escolar indígena em Itacoatiara, com foco em seus preceitos legais e na relação com as políticas públicas de oferta e execução dessa modalidade de ensino. Buscou responder às seguintes inquietações: como se apresentam os princípios da educação escolar indígena, intercultural, bilíngue, específica e diferenciada no contexto das políticas educacionais do município? Quais discursos se evidenciam na relação entre o que é legalmente previsto e o que é efetivamente realizado? Procurou-se também compreender se as políticas desenvolvidas pela SEMED/Itacoatiara, reconhecem as necessidades de uma educação indígena específica e de qualidade, e se, na prática, há conflitos e contradições a serem superados. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com coordenadores e pedagogos da SEMED, bem como com professores atuantes nas escolas das terras indígenas das comunidades do Rio Urubu. As entrevistas ocorreram por videochamadas, em

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3928

razão das dificuldades enfrentadas no período da coleta de dados. O projeto de iniciação científica intitulado “Educação Escolar Indígena Intercultural, Bilíngue, Específica e Diferenciada no Contexto das Políticas Públicas em Itacoatiara-AM” teve como foco principal identificar os desafios existentes para a promoção de uma educação indígena de qualidade, respeitando suas especificidades culturais e linguísticas. Os dados revelaram avanços normativos, mas também lacunas significativas entre as diretrizes legais e a realidade vivenciada pelas comunidades. A pesquisa contribui para o debate sobre a efetivação de uma educação escolar indígena equitativa, valorizando a diversidade étnica e assegurando os direitos dos povos indígenas.

Palavras-chave: Educação; Indígena; Cultura.

Abstract

This research aimed to analyze Indigenous school education in Itacoatiara, focusing on its legal precepts and its relationship with public policies regarding the provision and implementation of this educational modality. It sought to answer the following questions: How are the principles of intercultural, bilingual, specific, and differentiated Indigenous school education presented within the context of the municipality’s educational policies? What discourses emerge in the relationship between what is legally established and what is actually implemented? The study also aimed to understand whether the policies developed by SEMED/Itacoatiara recognize the need for specific, differentiated, and quality Indigenous education, and whether there are practical conflicts and contradictions to be overcome. The research followed a qualitative approach, using semi-structured interviews with coordinators and pedagogues from SEMED, as well as teachers working in schools located in Indigenous territories in the Rio Urubu communities. The interviews were conducted via video calls due to challenges encountered during the data collection period. The scientific initiation project titled “Intercultural, Bilingual, Specific, and Differentiated Indigenous School Education in the Context of Public Policies in Itacoatiara-AM” primarily aimed to identify the existing challenges to promoting quality Indigenous education, respecting the cultural and linguistic specificities of these communities. The data revealed normative advancements, but also significant gaps between legal guidelines and the realities experienced by the communities. This research contributes to the debate on the implementation of equitable Indigenous school education, emphasizing ethnic diversity and ensuring the rights of Indigenous peoples.

Keywords: Education; Indigenous; Culture.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.10, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3928

1. Introdução

Durante grande parte da história do Brasil, as políticas públicas e os programas educacionais voltados às comunidades indígenas refletiam uma perspectiva de que esses povos não eram capazes de se autogerir. Desde o século XVI até meados do século XX, a legislação destinada aos povos indígenas baseava-se na ideia de homogeneização cultural, com o intuito de catequizá-los e integrá-los forçadamente à sociedade nacional (Parecer 14/99 CNE). Nesse período, os programas educacionais tinham como foco principal a conversão religiosa e a assimilação cultural, negligenciando a identidade e as especificidades dos povos indígenas. As normas legais anteriores à Constituição de 1988 não reconheciam o direito à diversidade étnica, linguística e cultural, sendo incompatíveis com um modelo educacional plural e multicultural.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve uma mudança significativa nas políticas públicas voltadas à educação, passando a reconhecer oficialmente a diversidade cultural dos povos indígenas. A nova legislação garantiu o direito desses povos a uma educação escolar que respeite suas culturas, línguas e tradições, promovendo a valorização de práticas pedagógicas que fortaleçam suas identidades. Passou-se a assegurar uma educação diferenciada, específica e bilíngue, conforme as necessidades de cada comunidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), sancionada em 1996, reafirma os princípios estabelecidos pela Constituição de 1988. Ela reconhece a necessidade de oferecer uma educação escolar bilíngue e intercultural às comunidades indígenas, garantindo sua participação direta na elaboração dos programas educacionais. Essa legislação fortalece a proposta de uma educação que promova a reafirmação das identidades culturais e étnicas dos povos indígenas. Cabe à União, conforme a LDB, coordenar as políticas nacionais de educação e articular os diferentes sistemas de ensino, assegurando que os programas voltados à educação escolar indígena sejam elaborados com a escuta e participação das próprias comunidades.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Investigar como se configura a educação escolar indígena intercultural, bilíngue,

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3928

específica e diferenciada no contexto das políticas públicas implementadas no município de Itacoatiara.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os fundamentos legais que orientam a educação escolar indígena no contexto das políticas públicas voltadas às escolas indígenas de Itacoatiara.
- Evidenciar as políticas de educação escolar indígena em vigor no município que contemplam as demandas das comunidades indígenas do Rio Urubu.
- Analisar os discursos presentes na relação entre a legislação vigente e a realidade prática na oferta e execução das políticas de educação escolar indígena no município de Itacoatiara.

2. Revisão da Literatura

A Educação Escolar Indígena no Brasil é um campo que tem se consolidado ao longo do tempo por meio da resistência das comunidades indígenas e das políticas públicas que buscam garantir o direito à educação diferenciada, respeitando as especificidades culturais e linguísticas de cada povo. Segundo Angelo (2002, p. 23), a diversidade cultural deve ser entendida como um princípio fundamental da educação indígena, pois a escola deve ser um espaço de valorização dos saberes e práticas dos povos indígenas, reconhecendo suas especificidades culturais e linguísticas.

O *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas* (BRASIL, 1998) estabelece que a educação indígena deve ser bilíngue, intercultural, específica e diferenciada. De acordo com este documento, a educação deve respeitar as línguas maternas e os conhecimentos tradicionais das comunidades, para que o processo de ensino-aprendizagem seja verdadeiramente eficaz e significativo para os estudantes indígenas. Entretanto, Silva (2012, p. 56) destaca que a implementação prática desses princípios enfrenta desafios, principalmente devido à falta de formação adequada dos professores, à infraestrutura precária das escolas e à escassa participação das lideranças indígenas nas decisões educacionais.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3928

No âmbito da educação escolar indígena, a noção de cultura é central. Geertz (2003, p. 39) argumenta que a cultura é um sistema simbólico que deve ser entendido em seu contexto social e histórico. Essa visão de cultura, como um conjunto de significados compartilhados, é corroborada por Cuche (2002, p. 18), que defende que a cultura não deve ser vista apenas como um conjunto de tradições, mas como um campo dinâmico e interativo de produção de sentidos. Assim, é imprescindível que a educação escolar indígena respeite e valorize as diferentes manifestações culturais dos povos indígenas, sem reduzi-las a estereótipos ou exotismos.

A interculturalidade, como conceito, vai além da mera convivência entre culturas. Para Santos e Meneses (2010, p. 51), a interculturalidade implica na construção de um espaço de diálogo, onde diferentes culturas podem se encontrar e se reconhecer mutuamente. Hall (2006, p. 132) complementa essa ideia ao afirmar que a identidade cultural não é algo fixo, mas sim um processo contínuo de construção, mediado por relações de poder e resistência. Essa perspectiva é fundamental para compreender como os povos indígenas afirmam suas identidades no contexto escolar, muitas vezes frente a um sistema educacional que, apesar das leis, ainda carece de uma verdadeira valorização e respeito por essas identidades.

A formação de professores indígenas é outro desafio significativo na implementação de uma educação indígena de qualidade. Segundo Santos (2018, p. 102), há uma grande carência de programas de formação que atendam especificamente às necessidades dos professores indígenas, o que compromete a qualidade do ensino e a efetivação de uma educação intercultural. Nesse sentido, Chizzotti (2001, p. 87) argumenta que a formação docente deve ser crítica e contextualizada, permitindo que os professores sejam capacitados a compreender e aplicar uma pedagogia que respeite as especificidades culturais e históricas dos alunos indígenas.

Por fim, a pesquisa qualitativa emerge como a abordagem mais adequada para investigar as dinâmicas educacionais em contextos indígenas. De acordo com Ludke e André (1986, p. 91), a pesquisa qualitativa é essencial para compreender as complexas realidades socioculturais dos povos indígenas, já que ela permite uma análise mais profunda das interações humanas e dos processos educacionais. Triviños (1987, p. 63) também defende que a pesquisa qualitativa, ao focar nos

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3928

significados e nas experiências dos sujeitos, é capaz de captar a riqueza dos processos educacionais em contextos específicos, como as escolas indígenas.

3. Metodologia

A presente pesquisa está sendo conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, escolhida por permitir a compreensão aprofundada da realidade estudada a partir da interação direta entre o pesquisador e o ambiente investigado. A natureza qualitativa justifica-se, conforme Bogdan e Biklen (1994, p. 47), pelo fato de o ambiente natural constituir a fonte primária de dados e o pesquisador ser o principal instrumento de coleta.

Nesse contexto, torna-se essencial a vivência em campo, onde a diversidade cultural e a identidade indígena possam ser compreendidas em sua manifestação genuína e espontânea. Como procedimento metodológico, utiliza-se a abordagem etnográfica, que, segundo Spradley (apud Lüdke, 1986, p. 13), refere-se à descrição de um sistema de significados culturais de um grupo específico. Tal abordagem exige a permanência prolongada do pesquisador no campo, permitindo a coleta de dados sobre a educação escolar indígena a partir das relações entre os aspectos legais e as práticas reais na implementação das políticas públicas em Itacoatiara.

O pesquisador assume, nesse processo, o papel de participante ativo, estabelecendo vínculos com o grupo investigado. Essa interação exige habilidades como tolerância à ambiguidade, comprometimento ético, autodisciplina, sensibilidade interpessoal e responsabilidade quanto à confidencialidade das informações (HALL apud LÜDKE, 1986). A pesquisa está sendo desenvolvida na Secretaria Municipal de Educação de Itacoatiara (SEMED) e em três escolas indígenas localizadas na região do Rio Urubu, no município de Itacoatiara-AM, com base nos princípios legais da Lei nº 11.645/2008.

A investigação ocorre em três etapas: levantamento bibliográfico sobre a temática, seguido de análise e fichamento das obras; pesquisa de campo, com coleta de dados por meio de observação direta e entrevistas semiestruturadas; e sistematização e análise dos dados, culminando na elaboração do resumo e relatório final. São utilizados como instrumentos a observação participante e entrevistas

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3928

semiestruturadas, conduzidas em um formato de diálogo informal, respeitando os princípios éticos da pesquisa.

As entrevistas seguem um roteiro baseado nas seguintes questões norteadoras: como a educação escolar indígena pode ser enriquecida pela interculturalidade e pelo diálogo entre diferentes culturas? As políticas educacionais do município atendem às necessidades das escolas indígenas? A organização e análise dos dados seguirão os critérios estabelecidos por Marconi e Lakatos (2010), valorizando as particularidades dos sujeitos e dos contextos observados, reafirmando a identidade dos povos indígenas no processo educacional.

4. Resultados e Discussão

A educação escolar indígena, no contexto contemporâneo, tem como objetivo não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a valorização e a produção de saberes próprios das comunidades indígenas. Embora a instituição escolar tenha historicamente se vinculado aos interesses dos colonizadores, a escola indígena se consolida como um espaço de resistência e afirmação cultural dos povos originários, promovendo o diálogo entre saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos. Por muito tempo, a educação formal foi vista pelas comunidades indígenas como uma ferramenta de aculturação, o que gerava desconfiança e resistência quanto à sua adoção. No entanto, diante das exigências de um mundo globalizado, os povos indígenas passaram a reconhecer na escola uma ferramenta estratégica para o fortalecimento cultural, político e identitário, desde que essa seja apropriada por eles e voltada às suas reais necessidades (BANIWA, 2016).

Partindo dessa compreensão, a presente pesquisa, de natureza qualitativa, foi conduzida com o intuito de compreender como a educação escolar indígena tem se concretizado no município de Itacoatiara-AM. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico com base em artigos e livros sobre cultura indígena e as questões que norteiam esta investigação. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e a Constituição Federal de 1988, a educação escolar indígena deve respeitar a especificidade cultural e linguística dessas populações, sendo diferenciada, bilíngue e intercultural. Este trabalho busca analisar

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3928

como tais princípios são aplicados na realidade educacional das comunidades indígenas do Rio Urubu, com destaque para os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para superá-los.

A metodologia adotada incluiu a realização de entrevistas com profissionais atuantes na educação indígena de Itacoatiara, como a professora Joseane Medeiros Levy, coordenadora da Educação Escolar Indígena na SEMED, e o professor Thiago Ferreira, pedagogo nas escolas indígenas do município. Os dados coletados evidenciaram inúmeros desafios enfrentados pelas comunidades Mura na oferta de uma educação de qualidade, especialmente no que se refere à prática do ensino multisseriado, vigente desde 2009. Tal prática, que agrupa estudantes de diferentes idades e níveis em uma mesma sala, compromete o processo pedagógico e impossibilita a participação das escolas indígenas em avaliações nacionais como o SAEB e o IDEB, dificultando, assim, a captação de recursos e o planejamento educacional com base em dados concretos.

Outro desafio significativo refere-se à formação docente. Grande parte dos professores possui apenas o Magistério Indígena (Pirayawara), uma formação ofertada pela SEDUC-AM que, embora proposta para ser realizada em dois anos, estendeu-se por mais de uma década, com aulas ofertadas esporadicamente a cada três meses. Apesar de tais limitações, a coordenação da SEMED tem buscado promover a formação continuada desses profissionais, ainda que as capacitações não sejam específicas para a realidade indígena. A integração do ensino bilíngue também foi analisada. Em Itacoatiara, o Nheengatu, língua indígena da família tupi-guarani, tem sido adotado como alternativa frente à perda de muitas línguas originárias. No entanto, devido à escassez de formação docente específica, a aplicação da língua indígena ocorre de forma básica, limitada ao ensino fundamental, com uma carga horária equivalente à da Língua Portuguesa.

No que se refere à valorização cultural, as escolas indígenas do município têm desenvolvido práticas pedagógicas que fortalecem os vínculos comunitários e as tradições. Componentes curriculares como Artes, Cultura e Mitologia e Formas Próprias de Educar substituem o ensino religioso convencional, abrindo espaço para a participação de líderes, tuchauas e anciãos nas atividades escolares. Um exemplo notável dessas ações foi a realização da Primeira Feira Literária em 2023, voltada

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3928

exclusivamente à cultura indígena, promovendo saberes, mitologias e expressões artísticas apresentadas pelos próprios estudantes e membros da comunidade.

No âmbito legislativo, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) assegura o direito dos povos indígenas ao ensino em sua língua materna. Em Itacoatiara, esse direito tem sido observado nas escolas indígenas, embora a atuação ainda esbarre na ausência de políticas públicas mais específicas e de universidades que ofertem formação superior adequada às demandas culturais e linguísticas desses povos. Desde 2021, a SEMED vem promovendo cursos voltados à alfabetização e letramento, com o intuito de superar essas lacunas. Destaca-se também o papel das lideranças indígenas, que demonstram interesse e engajamento na definição das práticas pedagógicas, ainda que haja certa resistência quanto a propostas de reestruturação escolar, como a criação de uma escola polo. Tal proposta, que busca centralizar o atendimento educacional indígena, enfrenta resistência das lideranças locais, que temem a perda de postos de trabalho dentro das aldeias e possíveis conflitos entre comunidades. Essa postura, embora compreensível sob o ponto de vista comunitário, representa um entrave para avanços mais significativos na qualidade da educação indígena local.

As organizações indígenas no Brasil têm incentivado espaços de debate e formação continuada para professores, e em Itacoatiara, essa realidade se concretiza por meio de parcerias com instituições como o Instituto Gesto, que atua na formação pedagógica de professores da rede pública, inclusive os indígenas. Ainda que as formações não sejam específicas, os docentes adaptam os conteúdos às suas realidades culturais. A SEMED também promove avaliações diagnósticas ao longo do ano, com foco na aprendizagem, leitura e escrita, adaptadas ao contexto das aldeias. Além disso, desenvolveu programas como o Jacamim (busca ativa), o ALFAITA e o Plano de Recomposição das Aprendizagens, todos voltados à melhoria dos indicadores educacionais.

A tecnologia, por sua vez, tem sido incorporada ao cotidiano escolar indígena com responsabilidade cultural. Por meio do programa Starlink, todas as escolas da zona rural, inclusive as indígenas, foram conectadas à internet de alta velocidade, permitindo o uso de recursos digitais para fins pedagógicos e formativos. Tais tecnologias têm possibilitado o acesso a ferramentas como o Graphogame e a

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3928

pesquisas que enriquecem o ensino, além de contribuir para a preservação da cultura local.

Por fim, a participação das comunidades indígenas nas decisões escolares é estimulada e respeitada. A SEMED assegura que toda ação realizada nas escolas das aldeias seja comunicada às famílias por meio de reuniões, fortalecendo o elo entre escola e comunidade. A promoção da interculturalidade e do diálogo entre diferentes perspectivas culturais representa um dos pilares fundamentais da educação indígena. Em Itacoatiara, onde convivem oficialmente as etnias Mura e Sateré, as trocas culturais ocorrem de forma ativa, integrando tradição e inovação. A escola, nesse sentido, é compreendida como um espaço de construção coletiva do conhecimento, que, ao mesmo tempo em que prepara para o futuro, valoriza o passado e reafirma a identidade de seus povos.

5. Conclusão

Ao longo da pesquisa, foi possível concluir que a Educação Escolar Indígena, Bilíngue, Específica e Diferenciada no município de Itacoatiara-AM é marcada por diversos desafios. Embora as propostas de políticas públicas sejam, em certa medida, favoráveis ao fortalecimento da educação indígena na região, sua efetivação encontra entraves significativos. Entre os principais desafios destacam-se a prática do ensino multisseriado, que exige dos professores o atendimento simultâneo a turmas de diferentes anos; problemas estruturais nas unidades escolares; e a escassez de profissionais qualificados, o que sobrecarrega os poucos docentes atuantes. Em média, cada escola atende cerca de 60 alunos com um número reduzido de professores, o que compromete a qualidade do ensino.

Outro ponto crítico é a limitada oferta de formações específicas voltadas à realidade indígena, o que dificulta a preparação adequada dos educadores para atuarem de forma sensível e eficaz nas comunidades. Diferentemente das escolas de ensino regular, as instituições indígenas enfrentam desafios particulares relacionados à influência direta das lideranças tradicionais, os Tuchauas, cujas decisões impactam diretamente as prioridades educacionais de cada aldeia. No contexto das terras indígenas do Rio Urubu, as lideranças demonstram um alto grau

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3928

de comprometimento com a educação, exigindo a presença de professores com formação específica na área indígena. Tal postura revela não apenas uma preocupação com a qualidade do ensino, mas também uma resistência cultural ativa, reafirmando a autonomia e a identidade dos povos originários.

A implementação de uma Educação Escolar Indígena, Bilíngue, Específica e Diferenciada é, portanto, mais do que um direito garantido em lei: trata-se de uma ferramenta essencial para a valorização, preservação e projeção do legado histórico e cultural dos povos indígenas de Itacoatiara. No entanto, a ausência de processos de consulta adequados às comunidades e a desconexão entre as instâncias de gestão pública e as políticas comunitárias indígenas evidenciam um cenário de desrespeito aos direitos dos povos originários no Brasil. Apesar da existência de marcos legais protetivos, os indígenas ainda enfrentam inúmeros obstáculos que afetam negativamente a qualidade do processo de ensino e aprendizagem em suas comunidades.

Referências

ANGELO, F. N. P. A educação e a diversidade cultural. In: CADERNOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA — 3º Grau Indígena, n. 01, v. 01. Barra do Bugres: UNEMAT, 2002.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. A investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação; INEP. Plano Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas – RCNEI. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 14/99, de 14 de setembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3928

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. 2. ed. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOODY, J. A domesticação do pensamento selvagem. São Paulo: Editorial Presença, 1988.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JUNQUEIRA, C. Antropologia indígena: uma (nova) introdução. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2008.

LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MELLO, L. G. de. Antropologia cultural: iniciação, teorias e temas. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NUNES, A. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A'uwe-Xavante. In: NUNES, A. (Org.). Crianças indígenas: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

PAULA, E. D. A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena. *Cadernos Cedes*, Campinas, ano XIX, n. 49, 1999.

REICHERT, I. C. Tramas indígenas contemporâneas: doutores indígenas e os sentidos da autoria acadêmica indígena no Brasil. 2018. 190 f. Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2018.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3928

ROCHA, B. S. A desconstrução da imagem do povo Mura pela perspectiva da crítica pós-colonial. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 23-71.

SANTOS, E. F. Formação de docentes indígenas: interculturalidade e prática docente mura. 2016. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SANTOS, F. J. História do Amazonas. 1. ed. Rio de Janeiro: MemVavMem, 2010. 320 p.

SANTOS, F. J. Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII. 2012. 337 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SILVA, R. M. A escola Mura: entre concepções políticas e práticas interculturais e o contexto educacional da aldeia São Félix. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

SILVA, T. T. da (Org.); HALL, S.; WOODWARD, K. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.